



Processo: 1759/2022 - EMEN 28/2022

Fase Atual: Diligenciar Propositura - Resolução

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Diligenciar Propositura - Resolução

De: Procuradoria

Para: Secretaria Legislativa

Trata-se de Projeto de Resolução de autoria dos Vereadores Therezinha Vergna Vieira, Jadir Rigotti Junior, Johnatan Depollo, Roque de Chile de Souza, Manoel Messias Caliman, Wellington Vizontini, Amantino Pereira Paiva, Gilson Gatti, Waldeir de Freitas Lopes que dispõe sobre a alteração do inciso IV, do art. 56, e o inciso IV, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" "g", do art. 62, da Resolução 001/2018, de 08 de maio de 2018, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares, alterando o nome e ampliando a competência da "Comissão de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher", que passará a ser denominada de "Comissão de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher, do Negro, da Pessoa Idosa, da Criança e do Adolescente, da Pessoa com Deficiência, da Família, e dos Direitos Humanos."

O presente projeto foi aprovado em Plenário SEM EMENDAS, de forma que, considerando que não foi realizada alteração da redação original, deverá ser encaminhado à Secretaria Legislativa para competente autógrafo, com as adequações de técnica legislativa e redacional constantes no anexo.

Linhares-ES, 13 de maio de 2022.

EDYELES GUINHASI DE DEUS DE ALMEIDA
Assessor de Técnica Legislativa e Redacional

Tramitado por: EDYELES GUINHASI DE DEUS DE ALMEIDA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200360032003700350032003A005400

Assinado eletronicamente por **EDYELES GUINHASI DE DEUS DE ALMEIDA** em 20/05/2022 13:40

Checksum: **23040408E08DD9E83FF886D65D32F925904FEECB965AFD46AF15547CE0818FA4**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 3200360032003700350032003A005400, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

